

EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA, ACESSIBILIDADE E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

 <https://orcid.org/0000-0001-5906-0487>, Márcia Denise Pletsch^A
 <https://orcid.org/0000-0001-8538-8865>, Flávia Miller Naethe Motta^B
 <https://orcid.org/0000-0002-3658-2829>, Alexandre Rodrigues de Assis^C
 <https://orcid.org/0000-0002-3405-9639>, Geovana Mendonça Lunardi Mendes^D

^A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^B Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^C Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^D Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC, Brasil

Recebido em: 30 nov. 2022 | Aceito em: 05 dez. 2022

Correspondência: Márcia Denise Pletsch (marciadenisepletsch@gmail.com)

Para enfrentar os desafios da nossa época, tornar a educação mais inclusiva não é algo negociável – é a nossa única opção.
Audrey Azoulay

Desde o ano de 2008 temos vivenciado diferentes mudanças nas diretrizes políticas federais referentes às propostas de escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, sobretudo com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009). Ambas auxiliaram para as orientações contidas na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) que segue os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 30 de março de 2007 e ratificada pelo Brasil em 1º de agosto de 2008 como Emenda à Constituição Federal.

Tais documentos, entre outros aspectos, evidenciam que a inclusão deve se dar em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Outra indicação se refere ao suporte educacional especializado que deve ocorrer prioritariamente em salas de recursos multifuncionais por meio das propostas do atendimento educacional especializado (AEE), como complemento e suplemento ao ensino comum e não como espaços substitutivos de escolarização, conforme ocorria/ocorre historicamente em escolas especiais e nas classes especiais (BRASIL, 2008; 2009).



Vale esclarecer que o público da Educação Especial nesses documentos é caracterizado como aquelas pessoas que apresentam deficiência intelectual, física ou sensorial, múltipla, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). A esse público acrescentamos os sujeitos com deficiência múltipla e Síndrome Congênita do Zika Vírus.

A esse conjunto de documentos federais temos a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015) que está em sintonia com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, assinada em 30 de março de 2007 e ratificada pelo Brasil como Emenda à Constituição Federal, a acessibilidade é compreendida como um direito humano. Portanto, acessibilidade em suas diferentes dimensões — arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, curricular e atitudinal — tem se tornado um imperativo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência ao acesso, à permanência, à aprendizagem e ao seu pleno desenvolvimento educacional, assim como a sua participação social. Em outros termos nessa perspectiva defende combinação de três elementos: o reconhecimento da diferença como constitutiva do humano; as especificidades no desenvolvimento dos sujeitos; e a convivência com a diversidade cultural (PLETSCH, 2020).

Nessa direção, nos parece que reconhecer a acessibilidade em suas diversas dimensões como *princípio* vinculado aos direitos humanos das pessoas com deficiência rompe com a ideia de práticas e políticas homogêneas. Igualmente, essa perspectiva amplia o reconhecimento da pluralidade humana como valor e não o contrário. Tomando essa perspectiva como pano de fundo esse dossiê objetiva apresentar um conjunto de pesquisas que envolvem debates contemporâneos na área de Educação Especial numa perspectiva inclusiva, focando, sobretudo, na tecnologia.

O dossiê abre justamente com um artigo que foca na discussão sobre a tecnologia com premissa para a inovação pedagógica na inclusão de pessoas com deficiência de autoria de Mariana Corrêa Pitanga de Oliveira e Márcia Denise Pletsch. O texto, resultado da pesquisa de doutorado da primeira autora, orientado pela segunda autora, apresenta dados da pesquisa realizada com 10 crianças com e sem deficiência no âmbito do Centro de Inovação Tecnológica e Educação Inclusiva (CITEI) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) focando o pensamento computacional. A investigação mostrou, entre outros aspectos, a importância da interação com a diversidade e o uso da tecnologia como um instrumento mediador que apoiou os participantes a se apropriarem de conceitos e processos psicológicos superiores como memória, imaginação e criatividade, assim como favoreceu a inclusão educacional.

O segundo artigo de autoria de Rachel Capucho Colacique, Leonardo Conceição Gonçalves e Mirian Maia do Amaral apresenta a discussão da acessibilidade articulada a cibercultura e o uso do audiovisual como dispositivo para a inclusão de pessoas surdas. A investigação evidenciou que, embora não exista um modelo único e pré-definido que garanta efetivamente a acessibilidade, elementos como o tamanho da janela de Libras, a sinalização adequada ao perfil do público, a possibilidade de planejamento prévio à execução (em oposição à inserção posterior da janela de tradução) são elementos importantes para a acessibilidade ao conteúdo apresentado.

O terceiro artigo discute a formação continuada em serviço para um grupo de professoras de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) das escolas da rede pública do município do Rio de Janeiro e suas contribuições com relação à prática pedagógica desses profissionais. As autoras Carolina Rizzotto Schirmer, Ana Caroline Henrique Rached e Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes usaram a pesquisa qualitativa e contaram com a participação de dezoito professoras que atuavam em SRM, quatro professoras especializadas, duas pesquisadoras e três assistentes de pesquisa. Os dados revelaram a partir da análise de conteúdo dos vídeos quatro achados principais: acompanhamento de alunos durante a formação; Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) que integra a Tecnologia Assistiva (TA); dificuldades enfrentadas e a continuidade da formação.

Ainda sobre a temática da TA Joane Lopes Ribeiro e Ana Valéria Marques Fortes Lustosa apresentam dados de uma pesquisa sobre o trabalho pedagógico desenvolvido com crianças que apresentam autismo no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as concepções docentes sobre TA durante a pandemia do Coronavírus. Os resultados evidenciaram que o trabalho pedagógico com alunos com autismo na pandemia e a adoção de TA e de recursos pedagógicos tornaram-se mais um desafio para os professores de Educação Especial pela limitação de tempo, espaço e interação com os alunos com autismo; a omissão por parte do legislador brasileiro e a ausência de políticas afirmativas que assegurem condições equitativas de ensino e aprendizagem em ambientes remoto por todo o país.

Sobre a escolarização de alunos com deficiência múltipla o artigo de Maira Gomes de Souza da Rocha discute a formação docente na perspectiva inclusiva. Os achados das investigações de Maira destacam, entre outros aspectos, a necessidade de que haja maior investimento em iniciativas institucionais para a formação de profissionais da educação de acordo com os desafios presentes no cotidiano escolar, as especificidades das práticas pedagógicas com estudantes com esse tipo de deficiência que incluem em grande medida

recursos de TA e a dificuldade na efetivação de trabalho colaborativo na prática pedagógica com esse público entre os profissionais do suporte especializado e sala de aula.

A respeito do uso das tecnologias, o artigo Indicadores educacionais do uso das tecnologias como estratégias nas aulas não presenciais na pandemia do COVID-19 em Nova Iguaçu/RJ, de autoria de Aline Pimenta Bazilio Tomaz, Alva Valéria Vargas Rodrigues, Simone Fernandes Gonçalves e Vânia das Graças Silva Machao Vianna, apresentam pesquisa sobre os dados do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP) analisados à luz de Jannuzzi (2001) e Sass (2012). Os dados mostraram, entre outros aspectos, a relevância do acesso livre das bases de dados sobre o tema, das ferramentas digitais e computacionais para as aulas remotas, assim como para a realização desses estudos.

Ainda sobre o período do isolamento social provocado pela pandemia do COVID -19 o dossiê traz o artigo de Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz, Andréa Carvalho Ramos e Márcia Helena da Silva Melo que discute a atuação dos profissionais de apoio escolar junto aos alunos com deficiência. A investigação foi realizada com 62 Profissionais de Apoio/Cuidadores escolares de todo o território nacional. Os dados mostram o perfil desses profissionais e discutem como foi a atuação durante e antes da pandemia, assim como o planejamento de retorno ao ensino presencial após o isolamento social. Pandemia. A pesquisa evidenciou a fragilidade na atuação desses profissionais durante o período de isolamento social e como isso afetou as famílias e as pessoas com deficiência.

Para finalizar o dossiê apresentamos três artigos de revisão de literatura. O primeiro de Aline Carvalho Novais e Osni Oliveira Noberto da Silva discute as estratégias visuais para discentes surdos em escolas inclusivas do campo a partir da análise de teses e dissertações disponíveis no catálogo da CAPES entre 2017 e 2021. Após análise do material foram selecionadas 8 pesquisas. Essa análise apontou que apesar do avanço no campo educacional sobre educação de surdos, ainda é necessário entendermos como o surdo apreende o mundo ao seu redor. O texto sugere mais investimentos na formação de professores para que possamos conhecer a importância do campo da visualidade para o processo de aprendizagem desses sujeitos além de reelaborar nossas práticas utilizando diversas estratégias visuais.

O segundo artigo de revisão de autoria de Renata Andrade Sobral e Genylton Odilon Rocha apresenta o estado do conhecimento sobre o tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) em dissertações e teses oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades Federais no Norte do Brasil, no período de 2016 a 2020. Os resultados da investigação evidenciam que as práticas direcionadas aos alunos com TEA normalmente apresentam seus referenciais teóricos embasados na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky

ou no behaviorismo de Skinner. Também ficou evidente que o foco das pesquisas se concentra nas etapas iniciais da Educação Básica, revelando lacunas nas produções relativas aos anos finais e na educação superior.

O terceiro artigo de autoria de Solange Franci Raimundo Yaegashi, Luciana Maria Caetano, Tatiana Lemes de Araújo Batista e Jhonatan Phelipe Peixoto também foca no TEA e apresenta uma revisão sobre o Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil dirigido para esse alunado, no período de 2016 a 2021 em três bases de dados: 1) Banco de Teses e Dissertações da CAPES; 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT); e 3) *Google Scholar*. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, os dados mostraram, entre outros aspectos, o despreparo e a insegurança dos professores em relação ao trabalho com alunos com autismo na Educação Infantil.

A partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas o conjunto de artigos que compõe este dossiê levanta inúmeros desafios a serem enfrentados pela área de Educação Especial considerando a inclusão educacional, a acessibilidade e a inovação tecnológica para garantir processos de ensino e aprendizagem com promoção do desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Esperamos que os artigos apresentados neste dossiê possam contribuir para indagações e reflexões sobre as temáticas aqui abordadas.

Desejamos aos leitores uma instigante e boa leitura!

Bibliografia

AZOULAY, A. *Prefácio do Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO de 2020*. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por Acesso em: ago. de 2020.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. *Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília, 2009.

BRASIL. *Lei 13.146/2015 (LEI ORDINÁRIA)*. 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).